

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 498.285 - MG (2014/0082239-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : NILSON FERREIRA DA CRUZ
ADVOGADOS : FABIO VIEIRA DA SILVEIRA - MG106993
VINICIUS SILVA SOALHEIRO XAVIER E OUTRO(S) -
MG129521
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por NILSON FERREIRA DA CRUZ contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 1.789/1.799, *in verbis*:

NILSON FERREIRA DA CRUZ, policial militar, foi denunciado (fls.01/06) pela prática de 02 homicídios qualificados (art.121, §2º, incs. I e IV e art.121, §2º, inc.V, ambos CPB) e pelo crime de ocultação de cadáver (art. 211, CPB), já que, em 24 de fevereiro de 2003, juntamente com os corréus EDSON SIMÕES e JOAQUIM ALVES DA SILVA, agindo em concurso e com identidade de propósitos com SAMERSON DOS SANTOS, mataram, por motivo torpe, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima e para percepção de recompensa, LUCIANO DIAS DOS SANTOS. Após a morte, ocultaram seu cadáver, enterrando-o nas proximidades da propriedade rural de Joaquim Alves da Cruz, à época administrada pelo corréu Joaquim. NILSON CRUZ e Edson Simões praticaram o homicídio mediante recompensa prometida por Joaquim, que, por sua vez, pretendia vingar a morte de seu pai. Os fatos se deram através de emboscada, arquitetada por NILSON e levada a efeito pelo imputável Samerson, que, mediante ardil, atraiu a vítima para o local do crime.

Além do mais, no dia 1º de setembro de 2006, NILSON CRUZ, em concurso e identidade de propósitos com o inimputável Daniel Batista, matou SAMERSON DOS SANTOS, realizando diversos disparos em desfavor da vítima.

Restou apurado, em março de 2005, que o acusado, o policial Nilson Cruz, em conluio com outros milicianos (Claudemar Pereira da Rocha e José Aildes Ferreira da Cruz) e o civil Edmilson Batista Assunção, envolveu-se em furto, quadrilha, corrupção, delitos também testemunhados por Samerson, que à época integrava o bando. Nas diversas vezes em que Samerson foi ouvido, durante instrução dos expedientes (Inquérito Policial e Inquérito Policial

Militar) instaurados para apuração dos fatos, delatou o envolvimento de NILSON em tais e outros crimes, sendo, a partir de então, ameaçado de morte pelo mesmo.

Consta, por fim, que no dia 17 de agosto de 2006, novamente ouvido na Delegacia de Polícia local em Inquérito Policial instaurado para a apuração do desaparecimento de Luciano Dias dos Santos, Samerson delatou o envolvimento do policial Nilson.

Após menos de quinze dias, em 1º de setembro de 2006, sem tempo hábil para a ratificação da delação em Juízo, SAMERSON foi alvejado por diversos disparos de arma de fogo desfechados pelo menor Daniel Batista, contratado para realizar tal crime por Nilson.

Em 23 de novembro de 2010, NILSON FERREIRA DA CRUZ foi pronunciado pela prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 211, ambos do Código Penal, quanto à vítima Luciano, e nas sanções do art. 121, §2º, inciso V, do Código Penal, em relação ao delito referente a Samerson (fls.996/1002).

NILSON FERREIRA DA CRUZ foi levado a júri em 31 de agosto de 2011 (fls. 1237/1241), contudo, o juiz de direito reconheceu vício de nulidade e o Conselho de Sentença foi dissolvido para inclusão do processo em pauta, oportunamente, nos seguintes termos:

"Imediatamente após a votação do 5º quesito da 2ª série, relativa ao homicídio da vítima Samerson, o MP pediu a palavra e aduziu vício de nulidade consistente na intervenção da Defesa imediatamente antes da votação do referido quesito, a qual, além de preclusa, teria influído na decisão dos jurados. A Defesa, em seu turno, sustentou que o vício do MP deveria ter sido argüido antes da votação do quesito, e não depois, quando aferiu sua sucumbência. Isto dito em outras palavras, preclusa estaria a argüição do MP.

Pediu alternativamente a liberdade provisória do acusado em caso de acolhida a pretensão Ministerial. É o relato do necessário. DECIDO. Com o resultado do julgamento da 1ª série de quesitos, o Conselho de Sentença assentiu com a existência do homicídio, mas afastou a autoria do acusado Nilson. A simples assunção do homicídio não prejudicaria a votação do 5º quesito da 2ª série, o qual mencionava a existência do homicídio anterior, o qual repete-se foi declarado existente pelo Conselho de Sentença. Assim, a intervenção da Defesa imediatamente antes da votação do quesito, de forma explicativa, pode ter induzido a votação dos jurados, eis que a Defesa afirmou que os Jurados teriam afastado a existência do homicídio anterior. Se a Defesa entendia da prejudicialidade do 5º quesito da 2ª série, deveria ter afirmado isso no momento próprio, no qual somente reclamou da redação do quesito único da 4ª série, relativo ao falso testemunho, nada dizendo sobre os demais. Assim, a intervenção da Defesa, além de extemporânea, foi suficiente para direcionar o sentido da decisão dos jurados no 5º quesito da 2ª série, o que não se pode admitir. A sustentação de que o vício teria que ser sustentado antes da votação do quesito multimencionado, não procede, eis que a soberania do veredito é assegurada constitucionalmente, sendo por isso, absoluta a nulidade provocada pela Defesa, passível, portanto, argüida ou reconhecida de ofício a todo tempo. Não foi imprópria nem extemporânea a argüição do MP, eis que a manifestação da Defesa

durante a votação, além de não disciplinada na lei, constituiu em verdade, de alongamento de seu debate, sem a oportunidade do contraponto. Assim, em razão dessas colocações, acolho o requerido pelo MP, reconhecendo o vício de nulidade provocado pela Defesa e declaro dissolvido o Conselho de Sentença." (fls.1240)

O Ministério Público aditou a denúncia (fls. 1265/1268) para incluir a qualificadora da promessa de recompensa (inciso I, do § 2º, do art. 121, do Código Penal), em relação ao homicídio que vitimou Samerson, visto que Nilson prometera o pagamento de R\$ 700,00 (setecentos reais) ao executor Daniel Batista.

Sendo assim, NILSON FERREIRA DA CRUZ restou pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 211, ambos do Código Penal, quanto ao fato que vitimou Luciano, e nas disposições do art. 121, §2º, incisos I e V, do Código Penal, em relação à vítima Samerson (fls.1441/1443).

Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito que foi desprovido (fls.1552/1577), nos termos da seguinte ementa:

“EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO -HOMICÍDIO QUALIFICADO - PRELIMINARES - CERCEAMENTO DE DEFESA E INTEMPESTIVIDADE NA PRODUÇÃO DE PROVA REQUERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - NULIDADE NA DISSOLUÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA - PRECLUSÃO DA ARGÜIÇÃO DE NULIDADE - INTEMPESTIVIDADE DO ADITAMENTO DA DENÚNCIA APÓS A DECISÃO DE PRONÚNCIA - NULIDADE DA DECISÃO DE RECEBIMENTO DO ADITAMENTO DA DENÚNCIA - NÃO VISUALIZAÇÃO - PRELIMINARES REJEITADAS - MÉRITO - DECOTE DE QUALIFICADORA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA N.º 64 DO TJMG. PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Em observância ao princípio da busca da verdade real, não há nulidade na oitiva das testemunhas indicadas inoportunamente pelo Órgão Ministerial, na qualidade de testemunhas do juízo, nos termos do art. 209 do Código de Processo Penal (Precedentes STJ e STF). 2. Durante a votação dos quesitos, os Jurados não podem sofrer quaisquer influências das partes, as quais possam incidir sobre sua decisão, sob pena de nulidade, apta a ensejar a dissolução do Conselho de Sentença. 3. Por tratar-se de garantia constitucional, a inobservância da soberania dos veredictos constitui nulidade absoluta, a qual poderá ser argüida de ofício, ou sob provocação de quaisquer das partes, a qualquer momento. 4. Constatando o Ministério Público que a imputação não está descrita devidamente na denúncia, no que se refere à existência de qualificadoras, poderá o órgão acusatório aditar a denúncia com o fim de suprimir a omissão, nos termos do art. 569 do CPP, a qualquer momento antes da sentença final. 5. Deve ser mantida a qualificadora descrita, quando se encontra evidenciada nos autos pela prova oral colhida, consoante entendimento já sumulado por este Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através da Súmula n.º 64. ”

Opostos embargos declaratórios, a defesa não obteve êxito (fls.1606/1618).

Inconformado, o ora agravante, buscando, mais uma vez, a declaração de validade do 1º julgamento realizado pelo Tribunal do Júri e a exclusão da qualificadora prevista no art.121, §2º, inc.I, CPP, interpôs Recurso Especial (fls.1622/1637), com fulcro no art. 105, III, alínea 'a', CF/88, alegando que o Tribunal a quo, ao atribuir efeitos retroativos à nulidade e manter qualificadora manifestamente improcedente, violou o art.573, §1º, CPP e os arts.30 e 121, §2º, inc.I, ambos do CPB.

Entretanto, o 3ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com bastante acerto, inadmitiu o recurso especial com fundamento na Súmula n.º 07/STJ (fls.1700/1701).

Inadmitido o recurso especial, subiram os autos a esta Corte Superior por força de agravo.

Ao final do parecer, o *Parquet* opinou pelo não conhecimento do agravo ou, no mérito, pelo seu desprovimento.

É o relatório.

Decido.

Suficientemente impugnados os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial e presentes os pressupostos processuais, conheço do agravo. Passo, dessa forma, à análise do recurso especial.

Inicialmente, quanto à alegada violação ao disposto no art. 573, § 1º, do Código de Processo Penal, a defesa sustentou que o Tribunal *a quo* incorreu em equívoco quando "*atribuiu efeitos retroativos à nulidade*" (e-STJ fl. 1.624).

No ponto, consta do acórdão recorrido o seguinte (e-STJ fls. 1.614/1.615):

In casu, tem-se que, ao dissolver o Conselho de Sentença, em vista da intervenção da Defesa antes da votação do 5º quesito da 2ª série, relativa ao homicídio da vítima S., o Magistrado a quo ponderou que:

A simples assunção do homicídio não prejudicaria a votação do 5º Quesito da 2ª série, o qual mencionava a existência do homicídio anterior, o qual repete-se foi declarado existente pelo Conselho de Sentença (...) A sustentação de que o vício teria que ser sustentado antes da votação do quesito multimencionado, não procede, eis que a soberania do veredito é assegurada constitucionalmente, sendo por isso, absoluta a nulidade provocada pela Defesa, passível, portanto, arguida ou reconhecida de ofício a todo tempo"(fl. 1.003)

Tem-se, assim, que a declaração de nulidade, pelo Juízo Primevo, se deu de forma absoluta, em relação a todo o julgamento perante o

Conselho de Sentença.

A este respeito, embora o acórdão embargado não tenha especificado de forma separada a tese defensiva, restou consignado que, assim como entendido pelo Juiz a quo, a inobservância à soberania dos veredictos, tendo em vista estar assegurada pela Constituição Federal/88 em seu art. 5º, inciso XXXVIII, enseja a decretação da nulidade absoluta. Vejamos:

"A soberania dos veredictos é assegurada pela Constituição Federal/88 em seu art 5º, inciso XXXVIII, sob a seguinte redação:

"XXXVIII - è reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) A plenitude de defesa;*
- b) O sigilo das votações;*
- c) A soberania dos veredictos;*
- d) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida".*

Por tratar-se de garantia constitucional, a inobservância de tal garantia constitui nulidade absoluta, a qual poderá ser argüida de ofício, ou sob provocação de quaisquer das partes, a qualquer momento" (fl. 1278/1279).

Destarte, embora o Embargante não concorde com o entendimento adotado, tal circunstância não se traduz à assertiva de ocorrência de omissão no julgado.

Ora, divergência entre o pretendido pelo Embargante e a decisão embargada, não autoriza a utilização dos Embargos de Declaração.

Da análise do trecho supratranscrito, verifica-se que a matéria constante do artigo de lei tido por violado (art. 573, § 1º, do Código Penal –, qual seja, consequências da nulidade do ato) não foi debatida, nem sequer de maneira implícita pelo Tribunal de origem que, por sua vez, decidiu a controvérsia tão somente à luz da Constituição Federal.

Dessa forma, não há como analisar a *quaestio*, ante a ausência de prequestionamento. Incide à espécie, portanto, a Súmula n. 211/STJ: *"inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo."*

No caso, o recurso somente seria cabível se apontasse violação ao disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, sob o argumento de omissão do acórdão impugnado, no que diz respeito ao dispositivo tido por malferido. A análise direta da matéria constante do referido artigo importaria indevida supressão de instância.

Confirmam-se nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO § 4º DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 2º, CAPUT E § 1º, DA LEI Nº 8.072/90. INOCORRÊNCIA. DELITO HEDIONDO. FIXAÇÃO DE REGIME DIVERSO DO INICIAL FECHADO. POSSIBILIDADE. DISPOSITIVO DECLARADO INCONSTITUCIONAL PELO STF NO HC 111.840/ES. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. MALFERIMENTO AOS ARTS. 33, § 3º E 59, III, AMBOS DO CP E AO ART. 42 DA LEI Nº 11.343/06. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a incidência de eventuais causas de aumento ou diminuição de pena, bem como a fração a ser aplicada. Óbice do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.

2. A obrigatoriedade do regime inicial fechado aos crimes hediondos e equiparados foi superada pelo Supremo Tribunal Federal, de modo que a mera natureza do crime não configura fundamentação idônea a justificar a fixação do regime mais gravoso para os condenados pela prática dos delitos previstos na Lei Antitóxicos, haja vista que, para estabelecer o regime prisional deve o Magistrado decidir motivadamente, avaliando o caso concreto de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 33 do Código Penal.

3. É indispensável o efetivo exame da matéria pelo acórdão recorrido, em atenção ao disposto no artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, que exige o prequestionamento por meio da apreciação da questão federal pelo Tribunal a quo, de modo a se evitar a supressão de instância. Incidência do enunciado n.º 211 da Súmula desta Corte.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1583038/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 12/05/2016, sem os grifos no original)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Ausente o requisito indispensável do prequestionamento da matéria, incide a Súmula n. 211 do STJ, segundo a qual é inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da

oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo.

2. O exame de normas de caráter local é inviável na via do recurso especial, em virtude da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no Ag 1278951/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 14/05/2015, sem os grifos no original)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DO NECESSÁRIO PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. SÚMULA 211 DO STJ. ART. 55 DA LEI N. 9.605/98 E 2º DA LEI N. 8.176/91. BENS JURÍDICOS DIVERSOS. CONDENAÇÃO EM AMBOS OS DELITOS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1 - O requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo Tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca do dispositivo legal apontado como violado, o que não ocorreu neste caso. Incidência da Súmula 211 do STJ.

2 - Não obstante a oposição do embargos, remanesceu a omissão, no acórdão recorrido, relativamente à violação da legislação federal. Registre-se que inexistiu, em situações tais, cerceamento ao contraditório, porquanto incumbia ao recorrente alegar violação do art. 619 do Código de Processo Penal.

3 - Os crimes tipificados nos artigos 55 da Lei n. 9.605/98 e 2º da Lei n. 8.176/91 visam à tutela de bens jurídicos diversos. Enquanto o primeiro delito tem por finalidade a proteção do meio ambiente, quanto aos recursos encontrados no solo e subsolo, o segundo tem por objeto a preservação de bens e matérias-primas que integrem o patrimônio da União, sendo possível a condenação por ambos os crimes.

4 - Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1263951/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 19/08/2014, sem os grifos no original)

Ademais, os argumentos constantes das razões do recurso especial pautam-se, unicamente, nos princípios constitucionais relativos à soberania dos veredictos e à plenitude da defesa, matérias eminentemente constitucionais.

Assim, no ponto, não se pode conhecer do recurso, uma vez que não

cabe a interposição de recurso especial por suposta afronta a princípios ou a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência expressamente atribuída pela Carta Republicana ao Supremo Tribunal Federal.

Nesse mesmo sentido:

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. NOTAS TAQUIGRÁFICAS. DISCREPÂNCIA NÃO DEMONSTRADA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Inviável, na via eleita, o exame de violação de dispositivo constitucional, cuja competência é reservada ao STF, nos termos do art. 102, III, da CF.

2. Consoante o disposto no art. 103 do RISTJ, as notas taquigráficas visam dissipar eventual conflito entre o que foi decidido pelo órgão julgador e o que consta do acórdão, impondo-se, ao requerente, a demonstração efetiva da discrepância entre os pronunciamentos orais e o acórdão embargado (Precedentes).

3. Não demonstrada a existência de discrepância no acórdão, sendo apenas feitas considerações abstratas sobre o direito ao fornecimento das notas taquigráficas, não se justifica o deferimento do pedido.

4. Embargos rejeitados.

(EDcl no REsp 1524528/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 21/05/2018, grifei)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. OFENSA À GARANTIA DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO.

1. Não cabe a esta Corte Superior de Justiça, em sede de recurso especial, o exame de matéria constitucional, pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

2. Tratando-se de hipótese de tema único, de natureza exclusivamente constitucional, que há de ser apreciado pelo Pretório Excelso, não há falar em prejudicialidade que determine o sobrestamento do recurso especial.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1689269/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 19/02/2018, grifei)

Quanto à suscitada violação ao art. 121, § 2º, I, do Código Penal,

melhor sorte não assiste ao agravante.

É que, no ponto, a defesa deixou de impugnar o seguinte fundamento consignado no acórdão recorrido (e-STJ fls. 1.575/1.576):

Destarte, havendo dúvida acerca da caracterização da qualificadora do inciso I, do § 2º, do art. 121, do Código Penal, fica autorizada e recomendada a sua inclusão na pronúncia, de maneira que o Tribunal do Júri - Juiz natural da causa -, no momento próprio, decida sobre a existência ou não da mesma.

Até porque, esse é o entendimento já consolidado por este Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS por meio da SÚMULA 64:

"Súmula 64 - Deve-se deixar ao Tribunal do Júri a inteireza da acusação, razão pela qual não se permite decotar qualificadoras na fase de pronúncia, salvo quando manifestamente improcedentes".

[...]

De mais a mais, em plenário, inclusive com a possibilidade de colheita de outras provas, é que deverão os Jurados decidir sobre a pertinência ou não da qualificadora.

Impõe-se, conseqüentemente, a manutenção da pronúncia tal como proferida, sem maiores considerações sobre a prova, além das mencionadas, para evitar qualquer influência sobre os Jurados, que deverão examinar livremente a acusação e as teses defensivas e dirimir eventuais dúvidas apontadas.

Dessa forma, uma vez que o agravante não impugnou especificamente tal fundamento que, por si só, é suficiente para manter a decisão recorrida, forçoso o reconhecimento do óbice da Súmula n. 283/STF.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 370, § 1º, DO CPP. (I) - ACÓRDÃO ASSENTADO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS ELES. SÚMULA 283/STF. (II) - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Verificando-se que o v. acórdão recorrido assentou seu entendimento em mais de um fundamento suficiente para manter o julgado, enquanto o recurso especial não abrangeu todos eles, aplica-se, na espécie, o enunciado 283 da Súmula do STF.

2. Segundo a legislação processual penal em vigor, é imprescindível quando se trata de nulidade de ato processual a demonstração do

prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, o que não ocorreu na espécie.

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no REsp 1597699/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROGRESSÃO DE REGIME. NULIDADE DA DECISÃO DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA N. 283 DO STJ. NOVO EXAME DO APENADO POR MÉDICO PARTICULAR. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. *A falta de impugnação a fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a manutenção do decisum, justifica a aplicação da Súmula n. 283 do STJ.*

2. *Para afastar a conclusão motivada do acórdão estadual - desnecessidade de realização de novo exame criminológico por médico particular para fins de progressão de regime, porquanto o apenado não registra intercorrência em seu histórico carcerário e os "exames psicossociais realizados intramuros" são favoráveis a ele -, seria necessário o reexame de elementos fáticos e probatórios dos autos, providência inadmissível na via do recurso especial. Súmula n. 7 do STJ.*

3. *Agravo regimental não provido.* (AgRg no AREsp 903.700/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 16/08/2016)

Ante todo o exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator